

**A REPÚBLICA COMO INSTRUMENTO: DISCURSOS DE
LIBERDADE, PODER E JUSTIÇA ENTRE AS MINAS E O SERTÃO**

**REPUBLIC AS AN INSTRUMENT: SPEECHES OF FREEDOM,
POWER AND JUSTICE BETWEEN MINAS AND BACKWOODS**

**LA REPÚBLICA COMO INSTRUMENTO: DISCURSOS DE
LIBERDAD, PODER Y JUSTICIA ENTRE LAS MINAS Y EL
AGRESTE**

*Alysson Luiz Freitas**

Resumo: O presente artigo busca demonstrar algumas das principais características do discurso que se montava no país sobre a nascente República brasileira. A partir desse discurso buscamos comparar as imagens produzidas na dicotomia Monarquia-República pelas elites mineiras e norte-mineiras, tendo como objetivo apresentar elementos que aproximem a ordem estabelecida pelas ideias elitistas nas regiões centrais das Minas e as ideias debatidas no espaço público sertanejo.

Palavras-chave: República, poder, discurso, norte de Minas.

Abstract: This present article seeks to demonstrate some of the main features of speech in the country that rode upon the nascent Brazilian Republic. From this discourse we seek to compare the images produced in the dichotomy Monarchy-Republic through the elites of Minas and North of Minas, aiming to introduce

* Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, das Faculdades Santo Agostinho – FASA – Montes Claros-MG e do Programa de Mestrado em História – PPGH/Unimontes. Doutor em História Social pela USP.

elements that approach the order established by the elitist ideas in the central regions of Minas and the ideas discussed in the backwoods public space.

Keywords: Republic, power, discourse, north of Minas.

Resumen: El presente artículo busca demostrar algunas de las principales características del discurso que se montaba en el país sobre la naciente República brasileña. A partir de ese discurso buscamos comparar las imágenes hechas en la dicotomía Monarquía-República por las élites minera y norte-minera, teniendo como objetivo presentar elementos que acerquen el orden establecida por las ideas elitistas en las regiones centrales de las Minas y las ideas debatidas en el espacio público sertanejo.

Palabras clave: República, poder, discurso, norte de Minas

Atravessando o nosso paiz uma época anormal, em que sentem-se os abalos e efeitos de uma profunda transformação política, qual a operada pela revolução de 15 de novembro de 1889, comprehendem-se as dificuldades com que tem de lutar o governo para encaminhar os serviços e adaptar as molas das administração ao novo organismo político.

Si a reforma constitucional de 12 agosto de 1834 não tivesse sido deturpada na sua execução pela atrofiadora centralização que seguiu-se à lei interpretativa de 1840, seguramente o regimen republicano federativo, decretado pela revolução triunfante de 1889, encontraria o terreno preparado para seu natural funcionamento, sem atritos, nem embaraços.

Seguindo-se, porém, ao regimen imperial centralizador, não é de estranhar que o novo mecanismo político-administrativo, no primeiro período, dê lugar a incertezas e duvidas, quanto á esphera de acção em que deve girar o poder federal e o estadual.¹

O documento acima é parte da fala do presidente da província de Minas Gerais no ano de 1893, isto é, quatro anos após a proclamação da República no Brasil. Nas suas linhas, várias questões são levantadas sobre os anos iniciais da República, ainda jovem, em comparação com as décadas de poder monárquico vivido no país, baseado na sua “atrofiadora centralização”, fruto da Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840. (VAINFAS, 2002)

Dessa forma, não escapa ao presidente de província os caminhos tortuosos que a República enfrentava – e ainda enfrentaria – naqueles anos, dando lugar assim a tantas “incertezas e dúvidas”. Diante de tantos “atritos e embaraços”.

¹ RPP/MG, 1893, Fala do Presidente da Província, p. 4.

Não obstante, é importante notar que o debate sobre a importância da República e o seu efeito transformador para a história do país parece, obviamente, não ter se limitado ao evento do dia 15 de novembro e os meses que se seguiram a ele. Quatro anos depois ainda havia uma preocupação em se comparar a República que nascia, com o Império, que morrera. Minas Gerais, pela sua indiscutível importância no cenário político nacional, também alimentava esse debate, por todas as suas regiões, do centro ao rural, do sul ao norte, das Minas às Gerais.

Como sabemos, a proclamação da República no Brasil suscitou inúmeros debates, em grande parte voltados para a discussão fundamental sobre as mudanças que o país atravessaria. Décadas de formação monárquica teriam colocado o Brasil distante da modernização, representada, agora, pela formação de uma República Federativa a semelhança dos Estados Unidos da América. Não é demais lembrar que o Brasil era o único país do continente americano a sustentar um regime monárquico durante o Oitocentos.

Assim, a República Velha constitui-se em um momento ímpar para se analisar a transição do Brasil de uma estrutura monárquica para um futuro republicano. Mas, o que essa transição teria representado?

Segundo Maria Efigênia Lage de Resende, o Brasil passaria agora por um processo de “liberalismo oligárquico”. À semelhança do que ocorrera ao longo do século XIX – onde o Estado praticava um liberalismo que mantinha a escravidão, por mais paradoxal que a junção desses dois conceitos possa parecer –, o Brasil teria agora uma configuração republicana extremamente reguladora do cotidiano das pessoas, tendo em vista a pequena participação política permitida ao cidadão. Tem-se como exemplo maior a Constituição de 1891 e a pequena participação política/cidadania advinda de seu texto. A autora ainda destaca elementos que mostravam as contradições da República que nascera, como os debates sobre propriedade e liberdade, as imagens negativas do Estado frente a população livre pobre, a perseguição ao operariado, etc. (FERREIRA e DELGADO, 2003)

Nesse sentido, percebe-se um Estado Republicano ainda pouco preparado para os novos rumos institucionais. Se o próprio Estado não se mostrava adaptado à idéia de República, o que esperar da população? Para contemporâneos da proclamação, o povo teria assistido “bestializado” ao 15 de novembro de 1889.²

Dessa forma, necessário e urgente se fez a criação de um imaginário republicano para o Brasil, conforme destaca José Murilo de Carvalho. A “formação das al-

² Nos referimos aqui à conhecida expressão de Aristides Lobo, dias após a proclamação da República. Ver: CARVALHO, 1987.

mas” republicanas se daria a partir da manipulação de um imaginário que desse conta de criar uma “comunidade de sentido” voltada para a idéia republicana. Tiradentes, o herói republicano, a Mulher, como alegoria para a República, bem como uma bandeira e um novo hino, são exemplos do esforço de se criar esse imaginário no país. Sucesso? Pelo menos não é o que se nota pelas palavras de José Murilo de Carvalho:

Falharam os esforços das correntes republicanas que tentaram expandir a legitimidade do novo regime para além das fronteiras limitadas em que a encurralara a corrente vitoriosa. Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. Nos aspectos em que tivera algum êxito, este se deveu a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos (CARVALHO, 1990: 141).

Se a “formação das almas” republicanas, isto é, a percepção da idéia de República entre as massas é uma questão importante, no momento, interessamos pensar sobre a República entre esses homens do poder, que procuram expor suas variadas impressões sobre o regime, tal qual no documento pelo qual iniciamos esse artigo, e que está longe de ser um exemplo apenas. Das Minas ao sertão das Minas as idéias sobre a República ganhavam corpo, forma, estilo, e as elites procuravam posicionar os seus discursos de variadas formas.

No dia 1º de agosto de 1889, portanto somente há alguns meses da “revolução” de 1889, nos dizeres de alguns desses mais ilustrados homens, o Partido Republicano Mineiro conclamava os cidadãos da província a irem à urnas, “no intuito de derrubar o sistema vigente”. Na verdade, tratava-se das eleições que se dariam naquele mês, e que muitos desses políticos viam como uma boa oportunidade para se concretizar a transição política que se avizinhava: a mudança do regime político imperial para o regime republicano.

Algumas das suas impressões merecem destaque, pois nos permitem estabelecer um diálogo entre os políticos das Minas e os norte-mineiros, diante da questão republicana que interessava a tantos e tantos.

Concidadãos!...

Está proximo o dia 31 de Agosto, dia que, por certo, será um dos mais gloriosos para o grande e pujante partido republicano mineiro que se levanta, pois que é n’esse dia que, pela vez primeira, os adeptos sinceros deste partido vão se empenhar no pleito eleitoral com o interesse legítimo de fazerem triumphar a causa santa do patriotismo, lançando de uma vez para sempre, n’esta zona querida da pátria estremecida, os alicerces da (sic) de Liberdade – egualdade e (sic) princípio sublime em que se basearam as sagradas doutrinas do Redemptor do mundo, e que hoje serve de pedestal

da democracia.

É a lucta da liberdade contra o despotismo, da igualdade contra os privilegios, da fraternidade contra o egoismo, do presente contra o passado, da idéa republicana contra a monarchia!³

O Manifesto, estimulante em muitas das suas abordagens – como um manifesto efetivamente deve se propor – buscava sensibilizar os cidadãos para a causa patriótica, em nome da Liberdade. Ah, a Liberdade... Liberdade na qual, segundo os mesmos, “se basearam as sagradas doutrinas do Redemptor do mundo, e que hoje serve de pedestal da democracia.” Assim se daria a “lucta da liberdade contra o despotismo”, segundo o Manifesto.

Em outros momentos, é novamente marcante a dicotomia estabelecida entre República e Monarquia, especialmente a partir da contraposição de idéias e termos que caracterizariam um e outro regime. O discurso tem aqui a clara intenção de atentar para o fato de que a República representaria o progresso e a solução, ou mesmo a “igualdade”, ao passo que a Monarquia seria o atraso, o passado, o “despotismo”. E os novos republicanos das Minas continuam:

Assim, concidadãos! – é bem visto que, collocadas as cousas no pé em que se acham e conheceis; começada a lucta entre o systema antigo de governo, que definha e se esvae, arrastando, na sua decadencia progressiva, grande parte da seiva vital da nossa pátria, e a republica, unica esperança de salvação que nos resta, porque é deste systema salutar de governo que nos pode vir um lenitivo a tantos males; devemos, como cidadãos patriotas e cujos sentimentos ainda não degeneravam, empregar todos os meios a canaes legitimos, os obstaculos que por ventura se anteponharr à este desiteratum. Que a republica federativa, como a queremos, é o unico governo que pode, nas circunstancias actuaes, salvar o paiz do abysmo para que o arrastam as ambições do governo monarchico, é cousa intuitiva, é questão vencida, não havendo ainda nas fileiras liberaes e conservadoras, nenhum homem sincero que não esteja disto convencido (...).⁴

A República identificada com a solução. Em um mundo marcado pelos conceitos de progresso, ordem e civilização – típico daquelas décadas finais do século XIX⁵ –, a República, no nosso caso, parecia o passo decisivo para nos colocar nos rumos do desenvolvimento, salvando “o pais do abysmo para que o arrastam as ambições do governo monarchico”. No mais, o Manifesto ainda reiterava que tais

³ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 01-08-1889. Manifesto do Partido Republicano Mineiro.

⁴ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 01-08-1889. Manifesto do Partido Republicano Mineiro.

⁵ Para tal ver: HOBBSAWM, 1998. ARENDT, 1989. SCHWARTZ, 1993.

impressões e desejos sobre a necessidade da transição para um sistema republicano era ponto quase unânime entre os políticos das Minas, “não havendo ainda nas fileiras liberaes e conservadoras, nenhum homem sincero que não esteja disto convencido”, afinal, a Monarquia se definhava, se esvaía, “arrastando, na sua decadencia progressiva, grande parte da seiva vital da nossa pátria”.

Meses depois da proclamação da República, já no início de 1890, políticos do norte de Minas, por meio de documento da Câmara Municipal de Montes Claros, manifestavam sua satisfação com o novo regime, especialmente por ter levado as “glórias do progresso” para a região.⁶

Sob comando do presidente da Câmara, o tenente Victor Quintino de Souza, vereadores e políticos manifestavam-se sobre as glórias da República, celebrando o novo regime e as melhorias na vida pública da cidade de Montes Claros. Até esse ponto, nada mais natural. Faz-se interessante notar aqui a semelhança dos seus discursos diante do Manifesto citado.

Em muitos momentos, os políticos norte-mineiros apresentavam uma interessante homogeneidade com o discurso dos políticos das Minas, sobretudo quando se propunham a estabelecer reflexões sobre a República e suas características, tal qual fazia o Manifesto de Agosto de 1889.

(...) E de facto estamos sim preparados para a republica, pois ela é compativel com a dignidade humana, e está em nossas consciências por sermos homens da republica. (...) Aos nossos cidadãos vemos o progresso cada vez mais próximo, ante os nossos olhos, felizes por termos encarado o nosso passado de frente.⁷

O documento fazia, ainda, citações do Manifesto, com transcrições em sua íntegra, o que reforça que o mesmo tinha importante papel nos discursos proferidos pelos políticos norte-mineiros. Em uma dessas citações, e assinado pelo “Club Republicano Montes-Clarense”, lê-se:

Nos arraiaes d’esses velhos perdidos ainda vemos (quasi regra geral) homens sinceros, criteriosos, inteligentes e até ilustrados que, verdadeiros adeptos do governo do povo pelo povo, nutrindo sentimentos puramente democraticos dizem-se monarchistas por conveniência, isto é, porque, exercem empregos publicos de que carecem ao trabalho que nobilita o homem, preferem a hupocrisia á franca e leal manifestação dos nobres sentimentos

⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1890.

⁷ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1890.

de que são possuídos! (...)

Avante cidadãos! – A pátria querida geme, estorce-se angustiada sob o jugo terrível d’aquella, que lhe sugam a fortuna e honra, e nós – embora uma pequena e humilde fracção dos seus desdidosos filhos – devemos, na vanguarda do progresso, dar uma prova cabal, tanto quanto nos caiba, de que temos corações sinceros que pulsam pela pátria, e almas grandiosas que sabem e podem sacrificar tudo para salvação da dignidade e honra postergadas.⁸

Os republicanos norte-mineiros mostravam aqui como os sertanejos eram adeptos do governo “do povo pelo povo”, e com sentimentos “puramente democráticos”. E mais: se muitos desses homens se declaravam ainda monárquicos, era mais por conveniência do que por convicção, já que as convicções e ideologias pareciam ser realmente republicanas. E por isso mesmo esses cidadãos deveriam ir à frente, “avante”, dando provas de que “temos corações sinceros que pulsam pela pátria, e almas grandiosas que sabem e podem sacrificar tudo para salvação da dignidade e honra postergadas”.

Que tais debates sobre a República e as idéias advindas da sua implantação chegam ao norte de Minas é ponto indiscutível, e retomaremos essas questões mais à frente. Não obstante, faz-se necessário compreender as características desse debate em um plano mais amplo, especialmente sobre aquilo que se propunha de representação sobre República, Monarquia, Democracia e Progresso, entre tantos outros conceitos debatidos à época.

Caio Prado Jr., em sua interpretação sobre o advento do regime republicano no Brasil, analisou os elementos que levaram à desagregação da Monarquia. Para o autor, a principal razão da queda monárquica teria sido a inadequação das suas próprias instituições ao progresso do país. Assim, elementos começaram a minar, silenciosamente, o Império, que não resistiu à desagregação que lhe era imposta. Incapaz de resolver os problemas que se apresentavam naquele final de século XIX, bem como de se adequar às transformações do país, o Segundo Reinado não resistiria à tendência republicana que se apresentava. (PRADO Jr., 1970)

Nelson Werneck Sodré, em *Panorama do Segundo Império*, era ainda mais claro quanto a sua análise da desagregação do regime monárquico. Para o autor, o Império era fraco, sem bases sólidas, e dessa forma, “vítima das suas próprias fraquezas”, viu o regime ruir aos poucos. A centralização de poder, elemento característico da Monarquia naquelas décadas, e tão debatido diante das inúmeras

⁸ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1890, p. 2.

ras revoltas provinciais do período, demonstravam que o apoio das elites provinciais ao regime já não era decisivo, lançando o Segundo Reinado à sua própria sorte, e abrindo espaço para o evento de 15 de novembro de 1889. (SODRÉ, 1939)

As análises de Caio Prado e Sodré, por se tratarem de estudiosos sobre a trajetória política e econômica do Brasil, não se enquadravam necessariamente nas imagens que se fazia sobre o tema à época da transição Império-República, ou seja, das imagens que povoavam o discurso político e intelectual dos homens que vivenciaram o evento *in loco*.

Segundo Emilia Viotti da Costa, republicanos e monarquistas, no período em questão, faziam impressões diferentes sobre a República e a Monarquia, o que, obviamente, era absolutamente natural. Já nos primeiros anos da República, portanto, surgiam duas linhas de interpretação sobre os regimes, as interpretações “dos vencedores e dos vencidos”. Os primeiros, ou seja, os republicanos,

(...) lembrando as revoluções e pronunciamentos que, desde a Inconfidência, tiveram por alvo instalar um regime republicano no Brasil, afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma idéia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas. (COSTA, 1999: 387)

A versão dos monarquistas, por sua vez, apesar de abafada pela “euforia dos republicanos”, levava em conta o fato de que a proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Dessa forma, a mudança operada em 15 de novembro de 1889 tinha sido um grande equívoco:

O regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Uma simples parada militar substituíra esse regime por outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual. (COSTA, 1999: 393)

Essa visão dos monarquistas, como vimos, destoava sobremaneira daquela apresentada pelos políticos das Minas, ou do sertão das Minas, que identificavam a República com o progresso e a Monarquia com o atraso, como vimos. Em outros documentos ficava explícita essa comparação e sobreposição de idéias entre os dois regimes.

No dia 1º de junho de 1890, o jornal o Correio do Norte, da cidade de Montes Claros, publicava um artigo sobre a República no Brasil, dando ênfase na impor-

tância do evento ocorrido em novembro do ano anterior. No artigo, mostrava-se total apoio ao regime e, assim, como no Manifesto anteriormente analisado, fazia-se comparações com a desagregação do regime monárquico, identificado este como um período de “centralização e de poucos progressos (...) e por isso damos nosso apoio ao regimen federativo da nossa República.”⁹

Outros, por outro lado, apesar de se manifestarem a favor da República, tinham posições mais equilibradas, tendo em vista o fato de a mudança ser recente.

Em 15 de dezembro de 1889, apenas um mês após a mudança de regime, é publicado no Correio do Norte um texto apoiando o regime e sua instalação, mas com ressalvas e impressões que nos permitem problematizar os debates da época. Na interpretação que se faz aqui sobre a instalação da República percebemos um tom mais comedido, com uma euforia contida, especialmente nas impressões feitas sobre a desagregação do Império:

Não seria, certamente, decoroso, monarchistaas de hontem, applaudirmos hoje a mudança de systema, fazendo côro com aquelles que já se haviam pronunciado pela republica muito antes de a suppor tão próxima. Mas acceitamol-a, com todas as naturaes consequências submettemo-nos ao facto consummado; respeitaremos, como até aqui, o poder constituído, e faremos por ser na republica os mesmos que procuramos ser no Império. (...) Esperarémós, entretanto, que se constituam os novos partidos neste novo regimen, afim de nos alistarmos definitivamente sob a bandeira do que nos parece melhor inspirado pelos sentimentos patrióticos, por mais puras intenções, guiando-se pelos dictames da justiça e da moderação, consentemos com a doutrina e com a prática do partido conservador. Não devemos vencer grandes distancias, preferimos as fileiras daquelles que se collocarem nas posições mais próximas.¹⁰

O tom aqui não é de total desaprovação à Monarquia, acentuando suas mazelas e expondo as vísceras do regime que chegara ao fim naquele mês de novembro. O autor do texto propunha um olhar mais “equilibrado” e comedido sobre a instalação da República, com todo o cuidado que o mesmo merecia, cabendo reiterar que os políticos em questão aceitavam a República, pois “submettemo-nos ao facto consummado; respeitaremos, como até aqui, o poder constituído, e faremos por ser na republica os mesmos que procuramos ser no Império,” e que permaneceriam a serviço da política como antes.

⁹ JCN – Correio do Norte, 1º de junho de 1889.

¹⁰ JCN – Correio do Norte, 15 de dezembro de 1889.

Os pormenores sobre o evento do dia 15 de novembro não eram tão conhecidos da população sertaneja, mas o mesmo não escapara das análises e impressões diversas das elites locais. Novamente, a comparação Monarquia-República se fazia presente, como instrumento de comparação e de elogio diante da escolha da República Federativa, mas, também, quando se procurava criticar a nascente República brasileira.

No dia 27 de julho de 1890, o jornal o *Correio do Norte* fazia algumas análises sobre a eleição que se daria no dia 15 de setembro daquele ano, e, em tom pesado, fazia críticas ao processo eleitoral, comparando ao passado monárquico.

(...) nunca houve no paiz eleição alguma; em que o voto popular menos exprimisse a vontade da nação, em que de menos garantias se cercasse o principal dos direitos políticos do povo, cujo exercício e a primeira manifestação da soberania (do mesmo povo) como há de ser a eleição de 15 de setembro futuro. (...) Entretanto, como no tempo da monarchia continuamos, pois, no domínio das ficções, mormente em quanto concerne a representação nacional o poder é que sempre triumphará, porque dispõe de todos os meios precisos para alcançar a Victoria, e agora mais do que outrora.

Pode ser, e permita a sorte da república que nos enganemos, mas tudo parece disposto e preparado para que sejam eleitos somente os candidatos predilectos e únicos indivíduos na celebrada chapa official, com preterição dos escolhidos pela confiança e sympathias dos eleitores, quiçá tão ciganos, senão meus dignos que os muitos dos preferidos. (...) Ainda uma ficção, de que resultará para muitos, eleitores e candidatos, mais uma nova decepção talvez. (...) É o que pensamos, na humildade de simples cidadãos brasileiros, que nos compenetramos da necessidade de firmar se o governo republicano, desde principio, pela confiança do povo e pela verdade da expressão da vontade nacional, manifestada pelo voto nas urnas.¹¹

Com o propósito evidente de criticar o processo eleitoral que se realizaria em poucos dias, o jornal estabelecia, como era de praxe, uma importante relação entre República e Monarquia, agora não mais com o tom de elogio ao “progresso republicano”, e sim para acentuar a continuidade nas práticas eleitorais brasileiras, questão analisada por muitos autores, especialmente na historiografia sobre o coronelismo durante a Primeira República. Dessa forma, o jornal tratava o processo eleitoral no regime como uma “ficção”, que se perpetuava desde o Império, e que agora seria novamente parte do cenário do novo regime. “Ainda uma ficção, de que resultará para muitos, eleitores e candidatos, mais uma nova decepção talvez”, afinal, tudo parecia preparado para que novamente os mesmos políti-

¹¹ JCN – *Correio do Norte*, 27 de julho de 1890.

cos ganhassem as eleições – os da “chapa oficial” – apesar das pequenas esperanças que se poderia depositar na República.

Sem nos atentar ao debate sobre o processo eleitoral na nascente República, cabe avaliar aqui novamente a insistência na comparação entre os dois regimes, na relação entre passado e presente, ou mesmo futuro, no qual a idéia de República se sustentava nos discursos presentes no sertão das Minas. Ou melhor, não apenas no universo sertanejo, mas, sobretudo, em todo o Brasil.

Em livro sobre o Rio de Janeiro no período em questão, Maria Tereza Chaves de Mello procura analisar a cultura democrática, política e científica no final do Império, sob a contestação da idéia de “bestializado” construída à época do evento. No propósito de compreender o pensamento sobre a República na época, a autora avalia algumas das imagens feitas sobre os dois regimes em questão, ou nos dizeres de Emilia Viotti, as imagens “dos vencedores e dos vencidos”.

Para Maria Tereza Mello, a grande vitória daqueles que procuraram fazer uma propaganda republicana, impondo uma impressão positiva sobre o novo regime, “foi assimilar à República o termo democracia” (MELLO, 2007), o que trazia em seu bojo as idéias de avanço e progresso, tão caras ao regime que se instalava, e ainda mais caras àqueles que elaboravam os seus discursos pós-novembro de 1889.

A palavra “república” vinha marcada com o sinal do futuro, da evolução necessária, da civilização, e foi ganhando as consciências. Os monarquistas não conseguiram impedir que essas marcas se colassem ao termo “república”, até porque eles mesmos estavam convertidos ao novo repertório intelectual. Mas quiseram os republicanos que também o passado lhes pertencesse. Para tanto, foram auxiliados pela generalizada sensação de renascença liberal que os movimentos de rua traziam à memória, configurando uma tradição republicana brasileira. (MELLO, 2007: 14)

A análise de Mello impõe ao estabelecimento do regime republicano uma idéia de “necessidade histórica”, tendo em vista que o mesmo se apresentava como solução natural para as transformações que se apresentavam. É nesse sentido que a autora demonstra a associação imediata entre o novo regime e “o sinal do futuro, da evolução necessária, da civilização”, elementos que passariam a fazer parte das “consciências” de muitos.

Além disso, acentua a autora, também o passado foi utilizado pelos adeptos do republicanismo, sobretudo quando se retomou o liberalismo das revoltas e diversas manifestações que o país tinha passado, desde o final do século XVIII e durante todo o século XIX, identificadas como manifestações já republicanas em

sua essência, e por isso mesmo, configuradoras de “uma tradição republicana brasileira”.

Nesse sentido, no âmbito da proposta comparativa entre regime monárquico e regime republicano, Maria Tereza Mello analisa que o pensamento que procurava um ufanismo sobre o novo regime, o via como a chance de completar a obra liberal iniciada na França, já que o século XIX, fruto da Revolução Francesa, deveria ser visto como o século da “República Universal”. (MELLO, 2007: 136)

É nesse sentido que se pôs em confrontação um par antitético: monarquia *versus* república.

Além disso, valendo-se igualmente de uma linguagem retirada das idéias novas, que dominavam o panorama intelectual desde a década de 1870, os monarquistas acabaram por fragilizar sua posição, começando a perder a guerra ideológica e simbólica quando uma outra semântica passou a dar conta da realidade. O uso e a assimilação do léxico e da semântica do adversário levaram à superação do símbolo antigo. (MELLO, 2007: 174)

Dessa forma as idéias de República e Monarquia eram assimiladas, em um jogo de discursos políticos que se montava naquele universo político, por todo o Brasil, por toda a província de Minas Gerais, por todo o sertão norte-mineiro.

Em artigo de 19 de janeiro de 1890, publicado no jornal Correio do Norte, de Montes Claros, novamente se via mais um escrito tecendo elogios à República enquanto forma de governo, bem como das qualidades do regime na sua prática, tendo em vista o fato de inspirar “confiança no povo”, “em nome da liberdade”. Novamente a comparação entre o passado e o presente, entre os “vencedores e os vencidos” não escapa ao texto, especialmente quando o autor diz não se identificar com nenhum dos partidos políticos “em voga na época do regime monárquico, por nenhum dos dois inspirar confiança”, e por isso mesmo a política no Império ser um espaço onde “o ridículo prevalece sobre o sério, a injustiça contra a legalidade e a desordem e anarquia contra a segurança individual.”¹² A Monarquia novamente, com suas mazelas, com suas injustiças, desordens e anarquias...

No âmbito da política mineira, o presidente da província de Minas Gerais, no ano de 1894, fazia alusão ao regime novo em comparação com o anterior, especialmente para se reforçar o fim de um “cyclo” e o início de outro. Dessa forma,

¹² JCN – Correio do Norte, 19 de janeiro de 1890.

procurava-se acentuar o caráter positivo da República, nunca se esquecendo de reivindicar o passado com o propósito da legitimação do presente.

A instituição monarchica teve seu cyclo histórico encerrado em 15 de novembro de 1889; sua missão terminou na América.

O exemplo do México ahi está para mostrar qual o destino das restaurações no território do Novo Mundo. (...)

Um facto que demonstra quão profundamente está enraizado no povo mineiro o sentimento democrático e essa aptidão para o *self government*, é a facilidade com que vão funcionando as liberrimas instituições locais, que a nossa Constituição lhe garantiu.¹³

No ano de 1901, em novo relatório provincial, o presidente da província enumerava muitas críticas políticas e da sociedade sobre a República. Para justificar algumas das condições do Brasil à época, diante da persistência do atraso e do não cumprimento de alguns dos progressos esperados, relata o presidente da província de Minas Gerais:

A Republica tem luctado e continua a lutar com grandes difficuldades; erros acumulados, embaraçando e entorpecendo a sua marcha, crearam-lhe uma situação angustiosa: - no interior, o acirramento de ódios e paixões partidárias, as dissencoes, as desordens, as revoltas (...).

Deste lamentável estado de cousas, em que desde os seus inícios, se tem debatido a Republica Brasileira, não será impossivel que espiritos pessimistas ou menos reflectidos, dentro e fora do paiz, cheguem a inferir, não só incapacidade governativa por parte dos republicanos brasileiros, como mesmo fraqueza de cohesão nacional.¹⁴

Os “erros acumulados” do país, segundo o presidente de província, se mostravam agora um obstáculo, “embaraçando e entorpecendo” a marcha gloriosa da República brasileira.

Ainda no mesmo relatório, o presidente faz uma boa conclusão sobre a comparação Império-República, comparação tão cara aos políticos e intelectuais espalhados pelo país à época:

Si o Império era o *déficit*, no dizer dos mais abalisados estadistas do regimen decahido, será consolador para os republicanos que possamos affirmar que a República é o *saldo*.¹⁵

¹³ RPP/MG, 1894, Fala do Presidente da Província, p. 5.

¹⁴ RPP/MG, 1901, Fala do Presidente da Província, p. 8-9.

¹⁵ RPP/MG, 1901, Fala do Presidente da Província, p. 9.

Em meio à nova transição política brasileira, que migrava de um regime monárquico para um regime republicano, sob a expectativa de anos e anos de desgaste do Segundo Reinado, os homens do norte de Minas mais uma vez se faziam ouvir, se faziam representar, muitas vezes afinados com os discursos que se davam por todo o Império, por todos os grandes centros do país, ou pelas Minas como um todo. Não obstante, em outros momentos também faziam impressões particulares, por meio de tons críticos e/ou irônicos diante da nossa nova realidade política.

Mesmo assim, essa relação entre o universo sertanejo e o Império e, agora, a República, nos permitem mais uma vez dimensionar a proximidade entre esses mundos, especialmente à medida que avançava a transição política do país para a formação de uma república federativa, percebida e avaliada pelos sertanejos muito antes da sua própria proclamação. Nos é possível, com segurança, identificar nesses homens da elite sertaneja um papel cada vez menos “bestializado”, especialmente por se tornarem protagonistas do próprio teatro político que montavam, apesar de, em muitas ocasiões, repetirem o mesmo roteiro.

Fontes

APMC – Administração Pública de Montes Claros - Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros

JCN – Jornal Correio do Norte

RPP/MG – Relatório dos Presidentes de Província de Minas Gerais

Referências

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republi-*

cano I. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo, 1939.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

